Energia em debate

Boletim do WRM 275

Junho 2025

Acesse o Boletim no site do WRM

ASSINE O BOLETIM

Índice

NOSSA OPINIÃO: O poder destrutivo da ´energia'.....3

A matriz do problema: precisamos falar de energia.....5

'Não' à energia: a vida além da eletricidade.....12

Reivindicando a Soberania Energética e Alimentar por meio da Agroecologia.....17

Resistindo à energia do colonizador: a luta pela autonomia das comunidades nativas na Índia Centro-Oriental.....20

Panamá: A comunidade de Caisán, mobilizada por 'rios livres' e energia comunitária.....27

Uma breve reflexão sobre a resposta pública da Fundação Earthworm a um artigo recente do boletim do WRM.....33

DOS ARQUIVOS DO BOLETIM DO WRM
Energias AlteRAtivas: quando a "única alternativa" é a transformação integral.....35

RECOMENDADOS
Alternativas energéticas: pesquisando o território.....35

Perú: entre falsas soluções climáticas e alternativas reais.....35

Ferramentas na luta contra corporações de energia para a libertação da Palestina. 36

Índia: Nota à imprensa da Conferência de Movimentos Florestais de Toda a Índia...36

NOSSA OPINIÃO

O poder destrutivo da ‘energia’

Nos últimos anos, a ‘energia’ está no centro dos principais debates que buscam soluções para o eminente colapso climático para o qual o mundo ruma. A ‘transição energética’ e as ‘energias limpas’, até as críticas estruturais que questionam ‘para que’ e ‘para quem’ se produz energia, são parte desse debate. Entretanto, é preciso dar um passo atrás e refletir sobre a própria ideia do que é ‘energia’. Esta edição do boletim do WRM pretende contribuir com essa reflexão.

O consumo de ‘energia’ está aumentando no mundo. E não porque centros de saúde e de educação, ou centros de beneficiamento da produção de comunidades de pequenos agricultores em lugares isoladas no Sul global finalmente conseguiram ter acesso à eletricidade. Esse aumento é impulsionado pelo consumo de grandes corporações, com destaque para o chamado setor de tecnologias de comunicação e informação que controlam os chamados Centros de armazenamento de dados. Esses Centros armazenam não só os dados de um celular, mas sobretudo dados muito mais complexos de tecnologias, muitas vezes chamados como ´inovadoras ´ como a da ´inteligência artificial (1)

Apesar de se falar muito em ´transição´, o que tem acontecido é uma sobreposição das matrizes energéticas. Ou seja, o aumento do consumo de ´energias renováveis e limpas´, não têm reduzido a extração de combustíveis fósseis. Enquanto o ano 2024 foi o ano que as emissões de CO2 e o aumento global da temperatura bateram novos recordes, também as indústrias de petróleo, carvão mineral e gás natural nunca foram tão grandes, elas estão em plena expansão. Cerca de 96% das empresas de petróleo e gás estão explorando novas reservas, e 40% das empresas de carvão mineral estão desenvolvendo ou extraindo carvão em novas minas. Desde 2022, acionistas dessas empresas receberam USD 111 bilhões em dividendos, 158 vezes a mais do que foi prometido nas conferências do clima para os países mais vulneráveis ao caos climático. (2)

Hoje em dia, esse ´modelo de energia’ – e a própria ideia de ‘energia’ ´, está ligado direta - ou indiretamente - a praticamente tudo que ameaça comunidades na floresta. Movidos a ‘energia’ e em busca dela, diversos projetos – tanto faz se de ‘energia’ que se diz ‘limpa’ ou não – têm expropriado comunidades e povos de seus territórios em busca de recursos energéticos.

Estes projetos incluem plantações de árvores para produzir ‘energia’ e supostamente reduzir o excesso do CO2 do ar; projetos de empresas de ‘energia’ do Norte global assumindo controle de florestas em busca dos tais ‘créditos de carbono’, ‘recolonizando’ territórios de comunidades que dependem da floresta; a extração de novos campos de petróleo, gás e minas de carvão; a promoção de monoculturas de soja ou dendê para produzir biocombustíveis, inclusive a bio-querosene; uma nova onda de construção de grandes hidrelétricas chamadas de ´limpas´ e de infra-estruturas para escoar essa ‘energia’, como os linhões de transmissão; e claro, a corrida frenética por minerais fundamentais para a ‘transição energética’, sendo que a maioria deles se encontra em áreas de floresta. (3)

Modestos avanços celebrados por algumas organizações ambientais europeias, como a recente lei anti-desmatamento da União Europeia, perdem qualquer relevância perante uma realidade como esta em que as maiores corporações do mundo fazem de tudo para manter o modelo de ´energia´. Mantêm funcionando em marcha rápida o motor por trás de um sistema de produção destrutivo e violento que demanda cada vez mais terras e mais florestas para produzir maiores quantidades de ´energia´.

Neste cenário, é necessário não apenas apoiar as lutas de resistência das comunidades que dependem da floresta e de suas organizações de apoio. É urgente também fortalecer outra resistência: a resistência ao conceito de ´energia' em si. Não só porque essa forma de resistência tem muito menos visibilidade, já que costuma ser realizada por povos e comunidades desconectados dos grandes sistemas de energia, mas também porque ela traz uma contribuição essencial para o debate sobre a crise climática.

Os povos e comunidades que resistem ao conceito de 'energia' tal qual o conhecemos, propõem não só outras concepções, perspectivas e experiências sobre o que é 'energia'- se é que usam essa palavra. O que eles propõem é uma outra forma de estar no mundo. Eles propõem um mundo muito diferente do mundo capitalista ligado ininterruptamente na tomada, propõem um mundo que permitiria, de fato, superar o caos climático que vivemos.

O artigo introdutório deste boletim faz uma reflexão sobre o conceito 'energia', de como ele tem sido introduzido na mente das pessoas como a única forma possível de pensar ´energia´. Assim, a única forma de viver seria aquela com ´energia´ abundante. Como o artigo mostra, é justamente isso que resultou na atual sociedade totalmente dependente da ´energia´ e do petróleo - e em todos os problemas decorrentes desse modelo energético que já conhecemos bem.

Os demais artigos são um conjunto de reflexões de comunidades que resistem a esse conceito de 'energia' e de organizações de base que refletem sobre o tema. Por exemplo, as reflexões de membros do povo Ka'apor, do Brasil, do povo Sagulu e de uma moradora da Ilha de Roté, ambos da Indonésia, sobre por que recusaram se conectar à eletricidade fornecida por uma empresa de ´energia´. Outro artigo, do Panamá, relata a experiência da comunidade de Caisán na geração coletiva de energia após terem barrado a construção de empresas hidrelétricas no principal rio da comunidade. Um artigo traz reflexões conectando agroecologia e soberania energética, a partir das experiências da Aliança Africana de Soberania Alimentar. Da Ásia, um artigo da Índia, traz as perspectivas sobre o que é energia para o povo Parahia, nas montanhas de Rajmahal Hills, em Jharkhand, que tem travado uma luta histórica por autonomia e em defesa de seu território.

Boa Leitura!
Secretariado do WRM

Referências:
(1) MIT Technology Review, Why the climate promises of AI sound a lot like carbon offsets?
(2) DW, Who is funding fossil fuel expansion?
(3) Fern, Critical Minerals.

A matriz do problema: precisamos falar de energia

A raiz da crise climática que vivemos não está na matriz energética, mas na própria lógica de 'energia'. Embora hoje seja difícil imaginar, a ideia de energia nem sempre existiu. Ela foi criada com uma finalidade muito específica: acumular capital. Enquanto continuarmos a naturalizar a 'energia' como um recurso essencial para a vida humana, nunca enfrentaremos as verdadeiras causas do colapso climático que vivemos: um sistema social feito para concentrar riqueza.

Precisamos debater sobre a ideia de 'energia', porque talvez esteja aí o ponto central do enfrentamento ao caos climático que vivemos. E não queremos aqui falar sobre ciência. Afinal, o próprio vencedor do prêmio Nobel, o físico Richard Feynman, afirmou que "na física hoje, não sabemos o que é a energia". Assim, ficamos liberados desse debate científico para focar no que realmente está em jogo quando o assunto é 'energia': a origem de uma guerra de mundos e cosmovisões que tem deixado um rastro de destruição, violações e injustiças.

Muitos povos sequer usam a palavra 'energia' para pensar seus mundos. Mas, poderíamos chamar aqui de 'energia' todas as formas de manter a vida desses povos e comunidades das florestas, das águas, das savanas e de outros territórios. Quando os milhos crescem com a luz do sol; quando a lenha é coletada e queimada para assar um peixe; quando esse peixe é comido e transformado em nutrientes; quando o vento, ou o rio, movem um moinho; ou mesmo quando o fogo é usado para se conectar com o mundo espiritual. Essa energia está nos mais diversos processos cotidianos de sobrevivência - dos humanos e dos não-humanos. Para cada ambiente, para cada estação do ano, para cada cultura, uma forma diferente de gerar 'energia' para viver.

Por outro lado, temos o 'povo da mercadoria' - como o pensador e xamã indígena Yanomami, Davi Kopenawa, chama, entre outras, à sociedade capitalista - que usa a 'energia' como forma de acumular ainda mais. Essa energia desconsidera os ciclos da natureza e as diversidades culturais. Transforma a natureza em 'recurso': rios, ventos, luz solar e, claro, as matérias orgânicas como petróleo, carvão e gás natural. Nesse caso, o foco da energia não é a subsistência, mas essa doença tão característica do capitalismo: a insaciável ganância por dinheiro. E essa 'guerra de mundos' se dá justamente quando, movido por energia e em busca dela, o povo da mercadoria avança sobre outros povos gerando graves violações.

Para muitos povos indígenas a palavra é algo sagrado. Para eles o que é falado tem agência sobre o mundo e tem o poder de fazer acontecer. Por isso, é fundamental pensar sobre a invenção da ideia de ´energia´, porque com essa palavra, nasceu um novo mundo.

O mundo criado pela 'energia'

Embora hoje seja difícil imaginar, a ideia de energia nem sempre existiu. O conceito de energia tal qual o conhecemos hoje foi inventado apenas ao longo do século XIX, por homens brancos, do norte de uma Europa que vivia a Revolução Industrial. Quem deu origem a esse conceito foi a 'Lei

da Termodinâmica', formulada, em sua maioria, por engenheiros ligados à indústria de combustível fóssil da sociedade capitalista. Isso, por si só, já diz bastante. Como todas as invenções tecnológicas e científicas, essa também não é neutra: tem cor, sexo, ideologia e alianças políticas e econômicas.

A energia não é algo que foi 'descoberto'. Afinal, há registros do encontro de petróleo e gás natural em diferentes épocas e lugares ao longo da história humana sem que a ideia de 'energia' ainda sonhasse em ser inventada. Essa ideia nasceu nas sociedades capitalistas industriais porque os empresários perceberam que podiam usar esse combustível para aumentar a produtividade das máquinas, controlar a força de trabalho e acumular capital. E é das características desse combustível fóssil e de seu uso massivo pelas indústrias, que nascem as teorias que dão origem à ideia de energia.

Uma das principais características desse combustível é que esses estoques de matéria orgânica (carvão, petróleo e gás natural) são como milhões de anos de luz do sol fossilizados. Portanto, tem um altíssimo poder de combustão. Para se ter uma ideia, um estudo apontou que a quantidade de combustível fóssil usado no mundo em um ano, em 1997, foi o equivalente à luz que todas as plantas do planeta usaram para crescer por mais de 400 anos (1).

Além dessa potência, o combustível fóssil trouxe outras vantagens para uma sociedade ávida por acúmulo: era abundante, facilmente transportável e acumulável. Era possível, assim, ter acesso a grandes quantidades desse combustível e manter as máquinas funcionando independente dos ciclos da natureza. O encontro da sociedade industrial capitalista e suas recém inventadas máquinas a vapor, com um combustível com essas características, teve como resultado a história que já conhecemos: o avanço sem precedentes do capitalismo e de sua colonização.

Segue um bom exemplo para ilustrar essas conexões. Nesse mesmo século XIX, na costa da África Ocidental, comerciantes ingleses puderam navegar pela primeira vez por alguns trechos do rio Níger, mesmo com as correntezas e os ventos desfavoráveis, porque iam a bordo de um barco movido a vapor. O motor alimentado por carvão levou a colonização européia onde ela jamais chegaria movida pelos barcos a velas. Desde então, empresas anglo-saxônicas exploram em larga escala dessa região, até os dias de hoje, óleo de dendê e petróleo - fontes de combustível. (2)

E a ideia de energia, como entra nessa história? Ela serviu como uma roupa bonita, algo aparentemente neutro, que permitiu ao capitalismo industrial predatório avançar de forma acelerada e blindado de questionamentos.

Com a Teoria da Termodinâmica a energia passou a ser considerada como uma 'coisa', uma substância abstrata, universalmente aplicável, que podia ser quantificada e, portanto, comercializada. Mais do que isso, como um recurso essencial para a vida humana. Estava aberto o terreno para que as elites econômicas de uma sociedade insaciável se organizassem em torno dessa nova necessidade que criavam - e que eles mesmos supririam, claro: a energia.

Vejamos um pouco melhor como isso aconteceu. Essa 'energia' é considerada uma substância abstrata porque apaga a relação que existe entre ela e os contextos naturais e sociais de sua origem. Ela pode ser produzida, transportada, armazenada em grandes centrais elétricas (ou em pequenas pilhas) e distribuída, sem que haja qualquer conexão visível entre a energia que se consome e seus processos de produção.

Isso impulsionou a sociedade capitalista de várias formas. Permitiu que as fábricas funcionassem em qualquer lugar e durante 24 horas por dia. Além disso, tornou essa energia acessível em larga escala, para um grande número de domicílios, aumentando o mercado consumidor e criando um novo estilo de vida dependente de energia. Essa abstração também tornou a produção da energia algo mistificado, as 'pessoas comuns' não conhecem mais as técnicas com que ela é produzida e passam a ser cada vez mais dependentes das empresas de energia. Por ser abstrata, é mais fácil também consumi-la sem grandes questionamentos. Talvez as sociedades reagissem de forma diferente se conseguíssemos fazer a relação direta entre cada botão que apertamos e a destruição de enormes áreas de floresta que ameaçam comunidades e povos que nela vivem para implementação de minas de carvão (3), jazidas de petróleo, minas de lítio ou fazendas de usinas eólicas.

Essa 'energia' é considerada universal porque ela permite converter e comparar diferentes forças: a força da água, a força muscular do boi, a força do vento, o calor da queima da madeira na fogueira, o calor de combustíveis fósseis, da luz solar, e assim por diante. Tudo virou 'energia'. Com isso, as fontes de energia viraram características geográficas e a natureza passou a ser mensurada com essa moeda, os tão falados 'recursos naturais'. Um rio com queda íngreme de onde não se capta energia; um depósito de carvão, de lítio ou de urânio que não é explorado; uma região com ventos constantes sem usina eólica: tudo isso passa a ser considerado como 'recursos naturais' desperdiçados.

Em busca de diferentes fontes de energia, multinacionais e governos do 'povo da mercadoria' abrem os mapas à procura de novos territórios de onde possam extrair recursos naturais de acordo com seus interesses econômicos. A 'energia' é o negócio em si, mas também é o combustível que permite com que as engrenagens da sociedade capitalista industrial sigam rodando em velocidade frenética.

Com essa roupa bonita que o conceito de 'energia' lhes emprestou, podem mover seus negócios disfarçados de uma suposta 'missão humanitária'. Ou seja, atender à crescente demanda por energia e levar esse bem para todo o mundo - vale lembrar, que o acesso universal à energia passou inclusive a ser considerado pela ONU como um direito fundamental da humanidade. Com isso, de forma rápida (movidos a energia fóssil, hídrica, solar e eólica), invadem e interferem nos diversos mundos de outros povos com quem dividem o planeta.

O choque de mundos - a violência movida a energia

Para muitos povos, o primeiro contato com o mundo dos brancos é assustador, para dizer o mínimo. Via de regra, esse encontro se dá pela violência, quando colonizadores invadem seus territórios e o devastam em busca de 'recursos naturais'. Desde que esses colonizadores passaram a ser movidos por energia, ficou cada vez mais difícil de freá-los e mesmo expulsá-los dos territórios que invadem.

Na Nigéria, os povos de Ogoni, de Ikot Ada Udo, Oruma, e de Goi, por exemplo, tiveram seus rios e estuários destruídos pela extração de petróleo em grande escala por empresas multinacionais. Em 2013, a Shell chegou a ser condenada por parte desses impactos. Mas atualmente outras empresas como Chevron Corporation, ExxonMobil e a estatal nigeriana NNPC ainda operam nessas áreas e têm planos de investimentos bilionários para os próximos anos para a exploração de petróleo nessa região do Delta do Níger. (4)

Podemos também falar dos povos indígenas Cofan, Siona, Secoya e Waorani, no norte da região amazônica, no Equador, além dos napo-kichwas e de várias famílias shuars que também vivem nessa área. Todos eles tiveram seu mundo violentamente destroçado pela petroleira norte-americana Chevron Corporation – à época Chevron-Texaco. Durante 26 anos, a empresa extraiu mais de 1,5 bilhão de barris de petróleo e descartou enormes quantidades de resíduos tóxicos no ambiente. (5) Chega a ser difícil imaginar os impactos de algo dessa dimensão.

"Ficamos com raiva quando eles queimam árvores, rasgam a terra e sujam os rios. Ficamos com raiva quando nossas mulheres, filhos e idosos morrem sem parar de fumaça de epidemia [ou seja, das mortes decorrentes da invasão, sobretudo por epidemias]. Não somos inimigos dos brancos. Mas não queremos que venham trabalhar em nossas florestas porque não tem como nos compensar o valor do que aqui destroem". As palavras são de Davi Kopenawa fazem coro às vozes de lideranças de diferentes povos que têm se levantado para defender seus territórios.

A lista de povos e territórios invadidos é extensa. Mas os choques entre esses diversos mundos e o mundo dos brancos guardam sempre muitas semelhanças. As diferentes concepções sobre o que é energia para esses povos e o que é para povo branco, estão no centro desse embate.

Diferentes energias para diferentes mundos

Antônio Bispo dos Santos, o Nego Bispo, pensador brasileiro de uma comunidade rural quilombola (6), tem como estratégia contra-colonial subverter as palavras dos colonizadores. Por isso, resolveu dar um nome para a energia dos povos: 'energia orgânica'. Ele explica que essa era a energia que movia o carro de boi com que ia à cidade. Para ele, "orgânico é aquilo que todas as vidas podem acessar. O que as vidas não podem acessar não é orgânico, é mercadoria – com ou sem veneno" (7). A energia orgânica respeita as diferentes vidas e culturas e está diretamente ligada à natureza e ao seu entorno.

Em contraposição, sugere que a energia do colonizador é a 'energia sintética', quando observa o novo colonialismo da ´transição energética´ chegando à sua comunidade e, com enormes parques

eólicos e de painéis solares que espantaram todos os seres vivos, levar "o vento e o sol sintetizado em forma de energia elétrica". Para ele, os colonizadores sempre querem transformar tudo em 'sintético', ou seja, sempre querem deixar tudo igual, único. Segundo Bispo, os colonizadores fazem isso porque não suportam a diversidade de cosmovisões, são 'cosmofóbicos', diz.

'Orgânica' versus 'sintética', nos termos de Nego Bispo, ajuda a entender um pouco a diferença desses mundos movidos por diferentes energias. Para a cosmovisão da sociedade capitalista industrial a humanidade é universal, no sentido de única - como a sua 'energia sintética'. E os direitos humanos - que os homens brancos inventaram para sanar os problemas que eles mesmos provocam - garantem a toda a 'humanidade' o direito de ser desenvolvida como eles. Mas parecem não pensar que existem povos, com outras cosmovisões, que talvez não queiram ser como eles. Pelo contrário, que tenham em péssima estima os modos de vida desenvolvidos dessa sociedade industrial ávida por acumular coisas e totalmente desconectada da natureza.

Na prática, quando os países ricos industriais levam o que eles chamam de 'desenvolvimento' para outros povos, é sempre para explorar seus recursos e enriquecer ainda mais aos que já são ricos. Assim, expropriam as verdadeiras riquezas desses outros povos - seus territórios e a natureza - e os 'incluem' a essa 'humanidade universal' na condição de pobres. Passam a ser pobres que carecem de sapatos, de casas de alvenaria, comida enlatada, energia e segue uma longa lista. Todas essas carências criadas, via de regra, são coisas que precisam ser compradas com dinheiro. Ou seja, esse 'desenvolvimento' nada mais é do que o velho conhecido 'colonialismo'. E a 'energia' também faz parte desse 'pacote civilizacional' da sociedade industrial capitalista para 'incluir' outros povos.

Mas essa 'energia sintética' não é, necessariamente, algo de que todos os povos necessitam. Como disse Davi Kopenawa: "Então a nós, basta o pouco que temos. Não queremos arrancar os minérios da terra, queremos que a floresta continue silenciosa e que o céu continue claro, para podermos avistar as estrelas quando a noite cai". (8)

Como o povo Yanomami, de Kopenawa, muitos desses outros povos vivem bem com o estilo de vida que a 'energia orgânica' oferece, para usar o termo do Nego Bispo. Estão acostumados a ter as coisas que eles mesmos podem fazer e pelas quais não precisam pagar. A fazer o que é de chuva, no tempo de chuva, e o que é de sol, no tempo de sol. A trabalhar no ritmo da natureza e produzir para ter o suficiente, para uma vida sem muitos bens materiais e saudável. Alguns povos, inclusive, desenvolvem sistemas para gerar 'energia orgânica' com o que está no seu entorno, com o que a natureza lhes oferece. Para auxiliar nas atividades da comunidade desenvolvem sistemas com biocombustores, com pequenos moinhos movidos com a força dos rios ou dos ventos, entre outras formas de gerar 'energia' com autonomia e dignidade.

E, na verdade, seria com pena e dó que muitos desses povos descreveriam o povo branco. As luzes e aparelhos tecnológicos que muitos brancos exibem como troféus, não causam cobiça em todos os povos, ao contrário do que acreditam.

Kopenawa e sua poderosa voz que ecoa dos confins da floresta amazônica fala um pouco sobre isso, algo com que muitos outros povos certamente concordariam. “Mas os brancos são gente diferentes de nós. Devem se achar muito espertos porque sabem fabricar multidões de coisas sem parar”, e continua: “Seu pensamento está concentrado em seus objetos o tempo todo. Não param de fabricar e sempre querem coisas novas. E assim, não devem ser tão inteligentes quanto pensam que são”. (9)

Lá de sua aldeia, a liderança Guarani Mbya, Jerá Guarani, faz uma provocação a esse povo do mundo desenvolvido e convida os brancos que se dizem ‘civilizados’ “para se tornarem selvagens, para que se tornem pessoas não civilizadas – pois todas as coisas ruins que estão acontecendo no planeta Terra vêm de pessoas civilizadas, pessoas que não são, teoricamente, selvagens”. (10)

A solução não pode vir do problema

Desde a invenção do conceito de energia até os dias atuais, muito combustível fóssil já foi queimado para gerar energia. O uso exacerbado desse combustível é apontado como o grande responsável pelo caos climático que vivemos. Mas a roupa bonita que veste a ideia de ’energia’ - a sintética - livrou ela de qualquer responsabilidade nesse cenário apocalíptico que nos encontramos. Ela não só não é apontada como culpada, como está no carro chefe de todas as supostas soluções para a crise climática apresentadas por aqueles que mais poluem: ‘transição energética’, ‘energia limpa’, ‘energia verde’, ‘eficiência energética’, apenas para citar algumas delas. E deveríamos nos preocupar, porque essas ‘soluções’ são parte importante do problema.

Alguns podem pensar que, se o combustível fóssil fosse substituído pela ‘energia verde’ e puséssemos em marcha a tão falada ‘transição energética’, teríamos tempo de frear o aquecimento global. Estão enganados. Estudos têm apontado que o aumento do uso de energia de matrizes ditas ‘limpas’ não tem resultado na diminuição significativa do uso de combustível fóssil, ao contrário (11) (12). Os dados apontam que governos, bancos e investidores institucionais, apesar de todos os acordos climáticos, seguem investindo trilhões de dólares para o desenvolvimento de combustíveis fósseis e que esse setor deve crescer exponencialmente até 2050. (13)

Além disso, a suposta ‘energia verde’ é gerada às custas do sacrifício do território de diferentes povos da floresta, das águas, das savanas, entre outros. São nesses territórios que estão as jazidas de minério de lítio para produzir baterias de carros elétricos, as madeiras de balsa para produzir as hélices das turbinas eólicas, as enormes áreas desmatadas para produzir monoculturas de biocombustíveis, apenas para citar alguns exemplos. A base dessas ‘energias verdes’ estão, via de regra, na destruição dos territórios do Sul global para abastecer com essa energia o Norte global. E essa devastação também intensifica o aquecimento global. (14)

Nesse caso, alguns podem sugerir como saída o aumento da ‘eficiência energética’. Ou seja, produtos que consumam menos energia, supostamente poderiam reduzir a demanda global pela mesma. No entanto, os estudos mostram que essas melhorias tecnológicas frequentemente resultam em maior consumo absoluto de energia, devido ao estímulo à produção, ao consumo e à

expansão da infraestrutura que elas proporcionam. Prova disso é que a demanda por energia cresceu mais rápido nos setores que tiveram os maiores ganhos de eficiência – transporte e uso de energia residencial. (15)

A raiz da crise climática que vivemos não está na matriz energética, mas na própria lógica de 'energia' e do seu uso para beneficiar as elites da sociedade capitalista industrial. A ideia de 'energia sintética' não move apenas as máquinas dessa sociedade, ela é a base da cosmovisão desse 'povo da mercadoria'. E essa ideia emprestou ao colonialismo uma roupa bonita de ´direito´ universal e inquestionável.

Uma proposta séria para superar a crise climática, tem que passar pelo questionamento da própria ideia de 'energia'. São muitos os povos com outras cosmovisões que têm se esforçado para mostrar outros caminhos possíveis. É preciso apoiar as lutas diárias de comunidades contra todos os projetos destrutivos de ´energia´, seja ela de combustível fóssil ou ´verde´. Mais do que isso, é preciso fortalecer a busca pela construção de fontes de 'energia orgânica', que fortaleçam a autonomia dos povos.

Secretariado Internacional do WRM

Referências

(1) University of Utah, Burning buried sunshine: human consumption of ancient solar energy
(2) WRM, A troca desigual e perversa entre a Nigéria e potências corporativas colonialistas: de combustíveis fósseis a plantações de palmeiras de óleo industriais e REDD
(3) Watchdoc, Sexy Killers (full movie)
(4) APNews, Nigeria moves to restart oil production in vulnerable region after Shell sells much of its business
(5) WRM, Florestas oleadas – o caso do Equador
(6) Quilombolas são comunidades negras formadas por um grupo étnico-racial com identidade cultural própria e trajetória histórica específica, resultante da resistência à escravidão e à opressão.
(7) Antônio Bispo dos Santos, A terra dá, a terra quer
(8) A queda do céu - palavras de um xamã Yanomami, Davi Kopenawa e Bruce Albert (p. 356)
(9) A queda do céu - palavras de um xamã Yanomami, Davi Kopenawa e Bruce Albert (p. 418)
(10) Piseagrama, Tornar-se selvagem
(11) Planet: Critical, Techno-Optimism Won't Save the Day.
(12) "More and More and More", Jean-Baptiste Fressoz
(13) DW, "Who is funding fossil fuel expansion?"
(14) WRM, The global threat of oil and the path towards post petroleum societies - WRM Boletim 196
(15) The Corner House, Energy Alternatives: Surveying the Territory
Todo o debate em torno do conceito de energia neste artigo foi inspirado e baseado em diversos textos e pesquisas elaborados pelo The Corner House e parceiros. Seguem alguns deles para quem tiver interesse em se aprofundar no assunto:
- White climate, white energy: a time for movement reflexion?
- Energy Alternatives: Surveying the Territory
- Energy, Work and Finance
- Energy Security For Whom? For What?
- Calor, Tiempo y Colonialismo

‘Não’ à energia: a vida além da eletricidade

O que segue são conversas com pessoas de povos de diferentes continentes, mas que fizeram uma escolha comum: viver sem energia. No Arquipélago da Indonésia ou na Amazônia brasileira, essas pessoas mostram que a energia elétrica está longe de ser um recurso essencial para a vida humana. Pelo contrário, para elas, a ausência dela que é essencial.

Seja nas ilhas de Siberut e Roté, no Arquipélago da Indonésia, seja na aldeia indígena Ka’apor, na Amazônia brasileira, as pessoas com quem conversamos a seguir têm algo em comum: decidiram viver sem energia elétrica. Elas tem convicção de que a energia elétrica não faz parte da sua cultura. Mesmo com oceanos de distância, elas têm ainda mais em comum: seus territórios sofrem constantes ataques e ameaças de invasão e destruição. E aqui, vale o lembrete de que esses ataques quase sempre são feitos pela sociedade dominante capitalista, a mesma que lhes oferece a energia elétrica. Ainda assim, o foco das conversas não está nesse embate. Buscamos entender um pouco mais sobre a cosmovisão e o mundo daqueles que mostram que a energia elétrica está longe de ser um recurso essencial para a vida humana. Pelo contrário, para eles, a ausência dela que é essencial. Tal questão se relaciona inevitavelmente ao ciclo do dia: ao dia ensolarado e à noite absolutamente escura.

O Arquipélago Indonésio: histórias vindas das Ilhas Siberut e Roti

A seguir, trechos de conversas com habitantes do Arquipélago Indonésio. A conversa aqui transcrita envolveu duas pessoas: Lidia Sagulu e Loudya Messakh Lenggu. Cada uma delas contou sobre como é viver com um estilo de vida diferente do estilo “urbano industrial” predominante nas cidades. As histórias contadas são familiares para os habitantes das ilhas da região. Embora os avanços nos programas de eletricidade e a disponibilidade de geradores a querosene ou gasolina também tenham se disseminado por algumas dessas ilhas, a vida sem eletricidade não é coisa do passado para muitas mulheres e homens que as habitam, inclusive nas ilhas de Siberut e de Roti.

Lidia Sagulu, Loudya Messakh Lenggu e Itahu Ka'apor (Fotos: Heronimus Tatebburuk, Matheos Messakh e WRM)

Lidia Sagulu: Luz e escuridão nos ritmos diários da ilha

Lidia Sagulu (61) leva uma vida rural modesta com sua família na ilha de Siberut, na costa oeste de Sumatra, a maior entre as quatro grandes do Mentawai, um conjunto de 99 ilhas. Seu sobrenome, Sagulu, refere-se ao povo indígena de mesmo nome, proeminente na ilha e do qual ela faz parte.

Siberut pertence à zona climática de floresta tropical úmida e quente, com 4 mil milímetros de precipitação anual. A essência da ilha reside nas densas malhas fluviais que se entrelaçam à floresta densa em toda a sua extensão ocidental, além de palmeiras-sagu, florestas de nipa e manguezais.

Hendro Sangkoyo: Meinan (titia) Lidia, nós nos conhecemos há alguns anos, logo após o pôr do sol, perto do cais. A senhora me segurava enquanto pegava seu paluga (remo) em casa e, com um sorriso infantil e um brilho nos olhos, me deixou ali enquanto arrastava calmamente seu abak (canoa escavada em tronco de árvore) para o mar aberto. A única coisa que a senhora disse foi: "cari udang" (pegar camarão). Poderia me contar o que a noite e a escuridão significam para você?

Lidia Sagulu: Certo. É comum para nós, mulheres, andar de canoa à noite. A paisagem aquática é principalmente um lugar de mulheres. Na verdade, eu faço isso desde criança. Para mim, não tem nada de estranho. Quando estamos fazendo sagu (cortar o tronco da palmeira-sagu, preparar os cortes e colocar para flutuar na água, como uma jangada), às vezes ficamos a noite toda no rio, às vezes até por mais tempo. A captura de caranguejos também acontece à noite, nos manguezais. Durante o dia, fazemos várias coisas diferentes, e à noite, fazemos outras coisas.

HS: A sua visão certamente é aguçada, para conseguir se movimentar pela paisagem aquática no escuro, na sua idade. A senhora se sente confortável sendo ativa no escuro ou é porque está acostumada ao desconforto de fazer coisas à noite, sem muita iluminação?

LS: Eu me sinto bem (na escuridão). Eu não tenho medo do escuro... Eu não tenho medo de nada no escuro.

HS: Ir à sua casa pela primeira vez à noite também me impressionou. A sua casa não está conectada à eletricidade, embora não seja muito difícil fazer isso. Certamente não é por falta de recursos. A eletricidade também chegou à kampong (aldeia). A senhora pode me dizer por quê?

LS: Desde muito mais jovem, nós nos sentimos bem com o que temos. A noite é quando temos a escuridão. Assim como temos a luz do sol pela manhã. Não estamos sozinhas nisso. É comum.

HS: É claro que ainda é preciso ter alguma forma de iluminação durante a noite, em casa ou ao ar livre. Que tipo de fonte de luz a senhora usa?

LS: O mais simples é chamado bubukèt. É um pedaço de madeira desgastada pelo tempo ou um galho de árvore. Você pode encontrar isso em praticamente qualquer lugar por aqui. Com um bubukèt aceso, podemos caminhar à noite ou andar de canoa facilmente. Às vezes, usamos surak, que é a parte externa do coco com a casca intacta, amarrada com corda e acesa. O óleo de coco que fazemos em casa também é bom para lanternas. Nós chamamos de pakalé. A lista é maior, na verdade.

(Observação: a conversa com Lidia Sagulu foi mediada por seu filho Heronimus Tatebburuk. Agradecemos por sua ajuda).

Loudya Messakh Lenggu, oma (vovó em malaio antigo): sobre Kusambi, Nitas e Querosene

Lodya Messakh Lenggu (77), tem mestrado e é filha do chefe da nusak (administração territorial) de Landu. Na infância, ela costumava viajar de balsa entre a ilha Roti e a cidade de Kupang, na ponta noroeste da ilha de Timor, que abriga uma população considerável da diáspora rotinense.

A ilha Roti compartilha o clima de savana tropical com o restante das ilhas Sunda Menores. Ainda assim, 19 mil hectares, ou cerca de 16% da área terrestre de Roti, são cobertos por florestas, incluindo 1.900 hectares de manguezais. A kosambi (Schleichera oleosa) e a nita (Sterculia foetida), duas espécies de árvores importantes na ilha, além da palmeira-de-açúcar, têm sido a principal fonte de energia, além de diversos outros usos.

HS: Oma, a senhora poderia me falar sobre o uso de nita e kosambi na família?

Loudya Messakh Lenggu: Bom, nós usamos o chamado bandu, que é basicamente uma lanterna. Parte do bandu é um recipiente de latão com furos na parte superior para conectar os bastões de iluminação. (Observação: em outra conversa com Petson Hangge, um ancião rotinense, ele contou que as pessoas usam vários tipos de bandu improvisados em casa). Usamos tanto nita quanto kosambi. No caso da kosambi, nós descascamos as sementes e moemos até formar um pó grosso. Espalhamos o pó gorduroso em algodão fiado ou em um saco de arroz usado e depois enrolamos em um pedaço de madeira. É mais fácil com a nita. Não precisamos triturar as sementes. Basta cravar em espetos de madeira e acender.

HS: Vocês usam o bandu apenas em casa ou também em reuniões, por exemplo?

LML: Nós usamos em casa. Quando chegam convidados importantes, nós acendemos mais bandus. Só que em reuniões grandes, às vezes, as pessoas também usavam o que chamávamos de "petromax", que funciona com querosene. O bandu é melhor porque não produz fuligem. Quando você usa a luminária de querosene, seu nariz fica cheio de fuligem pela manhã. Com kosambi e nita, não temos esse problema.

HS: Mas pelo que está dizendo, o bandu é "cultural". Eu tinha a impressão de que o uso da iluminação por bandu era associado apenas a gente de baixa renda ou mais velha, e as pessoas só usariam esse tipo de luminária quando estivessem em situação econômica difícil.

LML: Não, não é bem assim. Oyang (o pai dela, que era o "Rajah" ou chefe da nusak de Landu) usava [bandu] o tempo todo. Quando eu fui para a escola em Kupang, ele sempre me mandava uma lata grande de sementes de kosambi.

(Observação: a conversa com a oma Loudya Messakh Lenggu foi mediada por seu filho Matheos Messakh. Agradecemos sua ajuda).

Amazônia brasileira: uma história do Território Indígena Alto Turiaçu

A conversa a seguir foi realizada com a liderança indígena Itahu, do povo Ka'apor. Ele é um guerreiro da organização ancestral Tuxa Ta Pame, do Território Indígena Alto Turiaçu, na Amazônia brasileira. A atuação dessa organização tem sido fundamental para cuidar bem desse enorme terriório de 531 mil hectares de floresta. A guarda de autodefesa dos Tuxa Ta Pame expulsa constantemente madeireiros e garimpeiros de ouro que invadem essa terra indígena. Graças a essa atuação, essa área é o último reduto de floresta amazônica na região em que se encontra. A fronteira do território, com abundantes matas, e o que está fora, devastação absoluta, deixa evidente a importância da atuação do povo de Itahu na defesa da floresta e de sua cultura. Mas a devastação da floresta não é a única ameaça que a cultura Ka'apor sofre. A seguir, Itahu conta como a eletricidade pode ser nociva para a cultura do seu povo e como é importante ficar longe dela.

Itahu Ka'apor: 'o que passou na nossa peneira é coisa boa'

WRM: Qual a importância de não ter luz à noite para o povo Ka'apor?

Itahu Ka'apor: Gostaria de explicar pra você a questão do território à noite. A gente precisa do escuro e precisa ter escuro para os animais também, porque os animais ficam andando à noite. Não precisa clarear, não precisa ter luz, não precisa. Então é muito importante para nós o escuro e também para os encantados, para o mundo espiritual, como acontece com os pajés. O pajé precisa cantar, puxar o mundo espiritual, para cura, e precisa ter escuro, não ser claro. É importante para nós à noite, poder descansar, dormir, não ter claro, não ter barulho. Essa é a importância do escuro para nós, o povo Ka'apor.

WRM: Por isso que o povo Ka'apor do Tuxa Ta Pame decidiu que não quer energia elétrica?

IK: A energia elétrica impacta e prejudica muito a vida das pessoas. Porque a vida do povo indígena Ka'apor não é adaptada à energia elétrica, não é nosso costume. Porque não é o costume da nossa cultura, a energia elétrica não faz parte da vida do povo indígena Ka'apor. Então a energia

traz muitos problemas para a comunidade. A energia elétrica é igual ao dinheiro, a gente não sabe usar, não é da nossa cultura.

WRM: Como a energia elétrica impacta a cultura do povo Ka'apor?

IK: A gente sabe que a energia elétrica traz problemas, porque a gente já passou por essa experiência. Eu morei na aldeia Ka'apor de Ximborenda, lá tem energia elétrica há mais de 10 anos. Eu nasci lá e morei lá. Saí de lá há mais de 2 anos porque essa energia elétrica trouxe muito prejuízo para comunidade: tanta luz, tanto som, tanto alcoolismo, trouxe muitos problemas para nós. Então não é bom para a comunidade.

WRM: Muitos povos indígenas no Brasil são impactados pela construção de Usinas Hidrelétrica para gerar o que chamam de 'energia limpa'. O povo Ka'apor foi bastante ativo para barrar a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no estado do Pará, por conta dos impactos desse projeto em diversos territórios. Os impactos que a produção de energia provocam também influenciaram na decisão de vocês de rejeitar a energia elétrica?

IK: O nosso pensamento é esse: não precisamos ter energia elétrica. A energia elétrica e seus empreendimentos trazem muitos problemas para os territórios, então esse tipo de energia elétrica a gente não quer. As hidrelétricas impactam os territórios, os ribeirinhos, os quilombolas, os indígenas. A gente se mobilizou para parar a empresa e a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, mas, mesmo assim, o governo avançou com esse projeto. É energia suja, na verdade. A energia limpa para nós é a que não causa impacto.

WRM: Uma vez você disse que peneiravam da cultura dos brancos apenas o que era importante para fortalecer o povo Ka'apor. Algum tipo de energia passou nessa peneira?

IK: A gente usa um pouco de energia solar, com uma placa solar que temos. A gente usa essa energia solar para carregar um pouco de bateria, para usar um pouco de internet, carregar celular. Mas não usamos muito não, só ligamos durante poucas horas do dia. Celular e internet a gente usa para comunicação, para saber notícia, para passar informação do território. A gente tem que peneirar o que é bom e o que é ruim da cultura dos brancos. O que passou na nossa peneira é coisa boa. Nesse sentido, o celular a gente está usando, mas com muito cuidado, porque onde eu morava antes a energia e o celular tomaram conta de tudo. Não tem acordo de convivência, não tem mais nada lá. Por isso saí de lá para outra aldeia que não tem energia.

Conversas realizadas pela Secretariado Internacional do WRM, no Brasil, e por Hendro Sangkoyo, na Indonésia.

Reivindicando a Soberania Energética e Alimentar por meio da Agroecologia

A soberania alimentar não pode ser alcançada sem conexão com a soberania energética. A nossa visão sobre energia valoriza os ritmos da natureza, a sabedoria dos mais velhos e restaura o equilíbrio entre os seres humanos e a Terra. Isso porque, nas cosmologias africanas tradicionais, a energia não era algo separada da vida. A era dos combustíveis fósseis rompeu esse equilíbrio, separando a energia da ética e a transformando em uma mercadoria que pode ser comprada e vendida.

A No impulso global para descarbonizar a economia, a energia se tornou a nova fronteira da transformação. Contudo, o discurso em torno da "transição energética" é tecnocrático e reducionista – focado em redes de transmissão, mercados e quilowatts-hora – em vez de se basear na justiça, nas pessoas e em seus espaços de vida. Nós, da Aliança para a Soberania Alimentar na África (AFSA, na sigla em inglês), acreditamos que, assim como os alimentos, a energia é uma questão de soberania. Não se trata apenas da infraestrutura de oferta e demanda. Trata-se de poder. Poder sobre a energia em si: quem gera, controla e se beneficia dela. Mas também poder no sentido político: quem decide, quem é incluído e de quem são o conhecimento e as necessidades que moldam o sistema.

Há muito tempo, defendemos a agroecologia como o caminho para a recuperação da soberania alimentar no continente. Porém, cada vez mais, estamos percebendo que essa soberania alimentar não pode ser alcançada sem conexão com a soberania energética. A energia não é apenas um serviço de apoio à agricultura; é um elemento vital. Sem acesso a uma energia com preços acessíveis, confiável e controlada pela comunidade, os agricultores não podem irrigar plantações, armazenar alimentos, moer grãos ou secar produtos. As mulheres percorrem longas distâncias em busca de lenha em vez de participar da vida comunitária. Os jovens são expulsos das áreas rurais por falta de oportunidades. Portanto, a agroecologia não pode prosperar no escuro.

Da forma como a definimos e promovemos, a agroecologia não é simplesmente uma caixa de ferramentas técnicas para a agricultura sustentável. É um projeto político transformador enraizado nos princípios de autonomia, equidade, biodiversidade, integridade cultural e harmonia ecológica. Ela desafia o controle das empresas sobre os sistemas alimentares e afirma o direito das comunidades de definir seus próprios sistemas alimentares e agrícolas. É uma mudança de paradigma, passando da devastação à regeneração, da exploração à cooperação.

Essa visão deve ser estendida aos sistemas energéticos que sustentam a produção de alimentos e os meios de subsistência rurais. Com muita frequência, os modelos dominantes de acesso à energia na África replicam a própria dinâmica extrativista que a agroecologia busca desmantelar. Grandes hidrelétricas inundam terras agrícolas e deslocam pessoas. Projetos baseados em

combustíveis fósseis poluem a água, degradam ecossistemas, destroem os meios de subsistência das comunidades e enriquecem as elites. Os chamados projetos de energia "verde", como parques solares de propriedade estrangeira ou minas de lítio e níquel para a produção de baterias, deslocam comunidades e concentram os benefícios nas mãos dos poderosos.

Como seria uma soberania energética verdadeiramente agroecológica?

Em primeiro lugar, seria centrada nas pessoas. Em vez de priorizar projetos de energia voltados à exportação ou megainfraestruturas que ignoram as comunidades rurais, o foco estaria em soluções descentralizadas, de pequeno porte e geridas pelas comunidades. Assim como a agroecologia favorece os sistemas alimentares locais em detrimento das cadeias produtivas globais, a soberania energética favorece as redes locais em detrimento dos condutos de energia transnacionais.

Em segundo lugar, seria democrática. As decisões sobre energia não deveriam ser tomadas em salas de reuniões das empresas, nem nas capitais onde estão os doadores, e sim em assembleias comunitárias, sindicatos de agricultores e trabalhadores rurais, e cooperativas. A infraestrutura energética deveria ser de propriedade e gestão coletivas, garantindo que os benefícios fluam para quem mais precisa.

Em terceiro lugar, seria regenerativa. Em vez de poluir e esgotar a natureza, os sistemas agroecológicos de energia estariam em harmonia com ela. Tecnologias solares, eólicas, de biogás e micro-hidrelétricas podem ser implantadas de maneiras que restaurem paisagens, reduzam emissões e gerem resiliência.

Em toda a África, essa visão já está sendo concretizada. Na Uganda, cooperativas de agricultores estão abastecendo moinhos de grãos com minirredes de energia solar. No Quênia, grupos de mulheres usam secadores solares para conservar frutas e vegetais por mais tempo. Na Etiópia, comunidades estão testando sistemas de micro-hidrelétricas para eletrificar escolas rurais e centros de saúde. Em Gana, iniciativas lideradas por jovens estão convertendo resíduos agrícolas em biogás para cozinhar. Essas iniciativas são mais do que experimentos tecnológicos; são atos políticos de recuperação. Elas incorporam o espírito da agroecologia, que deve ser enraizada no local onde as comunidades vivem, liderada por essas comunidades e orientada à justiça.

Mas as barreiras ainda são desanimadoras. O financiamento continua favorecendo grandes infraestruturas em detrimento de sistemas comunitários. As políticas são concebidas para empresas investidoras e não para inovadores locais. Atores da sociedade civil que trabalham com alimentos e energia costumam operar de forma isolada, perdendo a oportunidade de agir de forma integrada e colaborativa.

Para superar essas barreiras, a AFSA está construindo uma campanha pan-africana pela soberania energética, vinculada ao nosso movimento agroecológico mais amplo. Apelamos aos governos para que integrem o planejamento alimentar e energético. Instamos os doadores a redirecionar o financiamento de projetos extrativistas de base empresarial para modelos comunitários. Estamos trabalhando com formuladores de políticas no sentido da adoção de marcos regulatórios que apoiem a propriedade coletiva e a governança participativa. Estamos mobilizando agricultores, mulheres e jovens para compartilhar saberes, construir solidariedade e multiplicar práticas transformadoras.

Nossa visão não é simplesmente técnica; é civilizacional. Não buscamos apenas melhores dispositivos energéticos, mas também um modo de vida melhor, que valorize os ritmos da natureza, aprecie a sabedoria dos mais velhos, potencialize a ação autônoma das comunidades e restaure o equilíbrio entre os seres humanos e a Terra.

Nas cosmologias africanas tradicionais, a energia não era separada da vida. Ela fluía através do solo, do sol, do vento e das pessoas. O fogo era compartilhado, a água era sagrada, a luz era comunitária. A era dos combustíveis fósseis rompeu esse equilíbrio, separando a energia da ética e a transformando em uma mercadoria que pode ser comprada e vendida.

A chamada "transição verde" repete esse erro porque não questiona a lógica subjacente da devastação. Uma usina solar que desloca agricultores não é verde. Uma mina de lítio que envenena rios não é sustentável. Uma turbina eólica construída em terras indígenas roubadas não é justa. Se quisermos construir uma transição justa, devemos começar com justiça.

A agroecologia nos ensina que a transformação começa de baixo para cima, com sementes, com solo, com relações. A soberania energética deve seguir o mesmo caminho. Deve ser enraizada na sabedoria comunitária, criada conjuntamente por meio de processos participativos e ampliada por meio de solidariedade ao invés de especulação.

Imaginemos um continente onde cada povoado tenha o poder sobre a energia para iluminar suas casas, abastecer suas escolas com eletricidade e operar seus moinhos de grãos, não em condições de dependência, mas sim de dignidade. Construamos alianças entre os movimentos pela soberania alimentar e a democracia energética. Rompamos com o que nos divide e abracemos a visão holística que nossos ancestrais praticaram e que nossas crianças merecem.

Isso não é um sonho, já está acontecendo. As sementes foram plantadas. Agora é hora de regá-las e nutri-las com políticas, financiamento e solidariedade. Do solo ao solar, da roça ao fogo, da semente ao sistema, a luta pela soberania é uma só. Reivindiquemos por ela juntos.

Dr. Million Belay, Aliança para a Soberania Alimentar na África (AFSA)

Resistindo à energia do colonizador: a luta pela autonomia das comunidades nativas na Índia Centro-Oriental

"As pessoas precisam pensar sobre o que realmente querem. Aqui, nós não dependemos de eletricidade nem de energia solar para a irrigação. Desde a época dos nossos ancestrais, contamos com a chuva e os rios, e é preciso restabelecer essa conexão", explica Sunita Paharia, moradora das Colinas de Rajmahal. Nessa parte da Índia, comunidades com uma longa história de resistência à expropriação de territórios ancestrais estão reconstruindo sua autonomia e seu futuro.

No mundo de hoje, a energia é o que move a civilização. No entanto, a relação entre ela e o desenvolvimento econômico apresenta um paradoxo que está por trás de muitas questões sociopolíticas. A energia influencia as estruturas de poder que existem na sociedade, na política e na cultura, ditando quem produz, quem é dono e quem é marginalizado.

A energia não é só uma questão econômica ligada à geração, nem se limita a sistemas de distribuição para facilitar o consumo. O que preocupa é o que ela significa para uma comunidade enraizada em uma paisagem específica, visto que está intrinsecamente ligada à alimentação, ao sustento, à saúde e às práticas comunitárias e, muitas vezes, à sua luta por direitos, dignidade e autonomia. Este artigo examina essas nuances no contexto indiano.

Trataremos da paisagem florestal ancestral das Colinas de Rajmahal, que se ergue a partir do Rio Ganges, bem como de seus vales e planícies mais baixos, os quais se estendem pelos estados de Jharkhand e Bengala Ocidental, na Índia Centro-Oriental. Essa área abriga diversas comunidades nativas, incluindo os *Santhals*, os *Oraons* e os *Pahariyas*. Elas têm uma longa e muitas vezes sangrenta história de lutas por terras, florestas e natureza, que remonta aos tempos pré-coloniais. (1)

Durante a era colonial, essas comunidades florestais continuaram suas lutas contra a invasão e a expropriação orquestradas pelas forças da colonização por meio de alterações ecológicas e demográficas. Em 1765, a Companhia Britânica das Índias Orientais garantiu os *Diwani*, ou direitos de governança, marcando o início da arrecadação direta de receitas na região. Alguns anos depois, a Companhia introduziu um famigerado sistema de posse de terras chamado *Assentamento Permanente,* que delegava autoridade e poder de arrecadação de receitas geradas por terras e florestas nativas a uma classe recém-criada de grandes latifundiários, conhecidos como *zamindars*. O sistema destruiu a ecologia e as vidas das comunidades nativas, em sua maioria agricultores praticantes de cultivos itinerantes, em favor da agricultura sedentária ou "assentada". (2) No entanto, grande parte do terreno florestal acidentado da região montanhosa superior de Rajmahal era inadequado para essa expansão agrícola. Nas colinas de Rajmahal, os aborígenes Pahariyas eram seminômades e costumavam praticar o que se conhece localmente como *Jum* (agricultura itinerante). (3) Eles eram independentes e resistiam ao controle externo. Os

governantes coloniais descobriram que era extremamente difícil controlá-los, e muitas vezes os chamavam de criminosos e bárbaros. (4)

No início do século XIX, para pacificar a região, a administração britânica designou uma área chamada de *Damin-i-Koh* para o assentamento dos *Santhal*. Esses Santhal, migrantes de outras partes de Jharkhand e Bengala Ocidental, foram trazidos a *Damin-i-Koh* para desmatar florestas e se tornarem agricultores. (5) Ao mesmo tempo em que geravam tensão entre os *Pahariyas* e os *Santhals*, os colonizadores confinaram o povo em assentamentos, liberando seus territórios ancestrais para atividades de caráter mais colonizador, como a agricultura em grande escala.

Após a primeira luta pela independência da Índia, em 1857, a pressão sobre as terras tribais se intensificou à medida que a expansão colonial prosseguia em ritmo acelerado. Até os assentamentos dos Santhal foram invadidos pelos britânicos. A situação levou a pequenas e grandes revoltas, e o Estado colonial tentou implementar novas políticas para reprimir a agitação. Introduziu diversas mudanças jurídicas e administrativas para que os povos tribais tivessem sistemas de posse da terra mais seguros e proteção contra a apropriação por pessoas que não fossem membros desses povos. (6) Além disso, o governo colonial declarou uma parte considerável do Índia Centro-Oriental e Central como 'territórios excluídos', o que significava, pelo menos no papel, que o Estado não interferiria nos assuntos cotidianos das comunidades.

Apesar das reformas, a autonomia tribal permaneceu sob constante ameaça. A expropriação de terras continuou, mesmo após a independência da Índia, em 1947. Em nome do 'interesse nacional', foram construídos gigantescos projetos de infraestrutura, indústria e energia, como grandes barragens, usinas termelétricas e operações de mineração, invadindo florestas, áreas agrícolas e terras comunitárias em todo o país.

Terra, energia e comunidade: o cenário atual

A Ordem Global mudou no século XXI, mas, na paisagem compartilhada de Jharkhand, Bengala e Bihar, segue a luta ancestral dos povos tribais para defender suas terras e vidas de ameaças externas.

No distrito de Godda, por exemplo, pequenos proprietários de terras enfrentaram acusações criminais ao protestar e ajuizar processos na justiça contra o deslocamento que lhes foi imposto para dar lugar à construção da Termelétrica de Godda. Em 2016, o Grupo Adani buscou aprovação para essa usina de 1.600 MW. Em 2017, foram garantidos 371 hectares, afetando muitas aldeias, e em 2023, a primeira fase entrou em operação, com 800 MW. Esse projeto, o primeiro com status de Zona Econômica Especial, visava exportar eletricidade para Bangladesh, mas atualmente o Grupo Adani também pode vender a eletricidade no mercado interno. (7)

Em 2008, no distrito de Dumka, a polícia atirou em um protesto tribal pacífico contra uma usina a carvão de 1.000 MW, de propriedade do Grupo Sanjiv Goenka, ferindo vários participantes e prendendo outros. (8)

No distrito de Birbhum, em Bengala Ocidental, uma extensão da área das Colinas de Rajmahal, o projeto de mineração de carvão Deocha-Pachami-Dewanganj-Harisingha, iniciativa no valor de 12 mil crores (1,45 bilhão de dólares) que deverá deslocar quase 18 mil pessoas, desencadeou intensos protestos. Apesar das promessas de indenização, os proprietários das terras se recusam a se mudar, exigindo tratamento justo. Desde 2019, protestos liderados por comunidades tribais e locais têm interrompido a mineração ao revelar que os conselhos autônomos das comunidades tribais e *dalits* não foram consultados durante os processos de aquisição e reabilitação de terras. (9) (10)

Outros projetos surgem e aumentam a tensão entre a destruição ecológica e a expropriação sofrida pelas pessoas. Nesse cenário de conflito, a promessa de desenvolvimento, que prospera com o aumento da demanda por energia, enfrenta forte resistência das comunidades locais, como no caso das Colinas de Rajmahal. (11)

Regeneração da paisagem pelas comunidades nas Colinas de Rajmahal
A comunidade Pahiariya, assim como os Santhals e outras comunidades tribais estabelecidas na região de Rajmahal, há muito tempo conta com nascentes naturais localizadas no topo das colinas para atender suas necessidades de água. Porém, nos últimos anos, o desmatamento intenso fez com que essas nascentes secassem, causando grave escassez de água na maioria das aldeias localizadas no topo de colinas.

As comunidades sofreram os impactos nocivos disso. “Devido à grave escassez de água e ao desmatamento, os moradores das aldeias sofriam com a falta de alimentos e nutrição. Essa situação sombria nos fez recorrer aos nossos próprios esforços e à nossa mão de obra”, disse a ativista nativa Subasini Soren. Ela acrescentou: *“Não é apenas a comida; a questão maior era sobre como poderíamos proteger nossas florestas e fontes de água, porque sem elas não podemos sobreviver”. Sunita Paharia, da aldeia de Bodopahar, disse, agitada: “As pessoas de fora não entenderiam a gravidade do problema da água. Tanto as árvores quanto as pessoas estavam morrendo aqui”.*

Para enfrentar a crise naquela paisagem, foi lançada uma ação colaborativa em 2018. Liderada pelo grupo local Jharkhand Vikas Parishad (JVP), essa iniciativa teve início na aldeia de Nipania. Com forte apoio dos jovens voluntários do JVP e da juventude local, os moradores compareceram ativamente a reuniões regulares para garantir um planejamento participativo eficaz. (12) Sunita descreveu: “No início, não tínhamos uma ideia mais ampla. Mesmo assim, começamos a reunir as pessoas no Gram Sabha, o nosso conselho autônomo da aldeia. Então, foi aprovada uma resolução. Tentamos trabalhar de maneira que todas as pessoas da comunidade pudessem se apropriar dela e conseguíssemos alcançar autonomia”.

Subasini acrescentou: “As mulheres tiveram participação majoritária em todo o processo. Na verdade, elas conseguiram entender profundamente o que significa não ter água. E decidiram que, juntas, buscariam água de fontes distantes para suas famílias e seus animais domésticos, afinal, a crise era delas, e elas implementaram as transformações de forma radical”.

Partha Dey, ativista social de Bengala Ocidental que auxilia a comunidade nessa questão, também afirmou: "A princípio, a iniciativa como um todo é essencial para compreender o tipo de autonomia sociopolítica necessária para empoderar as comunidades em questões como energia e alimentação, e para pensar em como isso forma indivíduos da base que sejam mais engajados e se apropriem do trabalho".

Os esforços de restauração paisagística tiveram como alvo as áreas no topo das colinas para aumentar a recarga de água subterrânea nos vales. A instalação de tubulações a partir de nascentes distantes proporcionou alívio imediato e reacendeu a esperança entre as pessoas.

Damu Paharia, da aldeia de Bodopahar, disse: "Quando começamos a trabalhar em uma bacia de captação, pessoas de outras aldeias se sentiram inspiradas. Elas também convocaram reuniões de *Gram Sabha* para iniciar um trabalho semelhante em outras bacias". Além da Bacia de Sarunala, vários afluentes do Rio Bansloi foram considerados. A iniciativa acabou se ampliando e incluindo 75 aldeias das comunidades de Paharia e Santhal. Os moradores foram adotando gradualmente os métodos tradicionais de conservação do solo e da água – muros de pedra, barragens, muros de contenção e lagoas.

Segundo Damu, nas aldeias da bacia inferior, as pessoas também aprofundaram lagoas e corpos d'água existentes, e cavaram novos lagos para preservar a água da área mais elevada durante cada monção. Sujit Choudhury, geólogo e engenheiro de formação profundamente envolvido nos aspectos técnicos do trabalho de restauração da bacia hidrográfica, disse: "Dividimos a Bacia do Rio Bansloi em microbacias, como a de Sarunala. Os moradores de cada bacia cuidaram de suas áreas locais. Esse processo de cuidar da terra e da água pela base foi a chave de todo esse esforço".

"Quando os canais começaram a se encher de água e os campos ficaram levemente úmidos, iniciamos uma campanha de plantio de hortaliças, frutas e outras árvores nativas. Além disso, começamos a coletar sementes, que as meninas e os meninos usavam para criar bolas de sementes e depois espalhavam nas áreas desmatadas próximas aos limites da floresta tradicional. Após as primeiras chuvas da estação, a localidade testemunhou a germinação, e agora essas plantas estão crescendo". Ao descrever essa transformação, Subasini ficou muito animada.

Sunita também disse: *"Agora podemos cultivar mais, tomar banho quando quisermos, e nosso gado também pode viver confortavelmente. Temos mais arroz, milho e daals (lentilha, feijão, grão de bico, etc) em nossos campos. Essa é uma grande mudança para nós."* Assim, os esforços contínuos dos moradores restauraram gradualmente o ciclo hidrológico e o ecossistema local, melhorando a vida e os meios de subsistência. Damu disse: "Monitoramos os canais de água, cuidamos deles e, além disso, conscientizamos mais pessoas por meio de manifestações e reuniões". A liderança da juventude se tornou uma força motriz, organizando eventos como reuniões de agricultores, competições de arco e flecha e futebol, e o popular Jal Jatra (conscientização sobre bacias hidrográficas). O engajamento ativo deles atraiu a atenção, fortalecendo ainda mais a iniciativa. (13)

Novamente, Subasini explica: “Agora, as pessoas estão usando seus métodos tradicionais de rotação de cultivos. Elas estão plantando – Dhan (arroz), Til, Tisi, Sarsho (três oleaginosas), etc. Elas consomem e vendem o excedente no haat (mercado local)”.

Desenvolvimento movido a energia versus luta por autonomia

De acordo com Subasini, a aldeia carece de eletricidade adequada e outros confortos que geralmente consideramos indicadores de desenvolvimento. Curiosamente, Jharkhand é o maior produtor de carvão da Índia. (14) De acordo com registros da Agência Central de Eletricidade sobre a capacidade instalada dos estados, Jharkhand tinha uma capacidade total de 4.556,42 MW em novembro de 2021, cuja maior parte, 4.250 MW, provém de fontes térmicas, enquanto uma parcela menor, de aproximadamente 300 MW, é gerada por fontes não térmicas. (15)

Partha expressa sua angústia: “Por um lado, o governo promove plantações privadas, incluindo reflorestamento por empresas, em Jharkhand. Por outro, constrói estradas, prédios e até latrinas de concreto para desenvolver as comunidades. Ironicamente, as pessoas têm dificuldade de usar essas instalações em áreas sem água do subsolo ou de outras fontes. Ao lado de grandes estradas de quatro pistas, estão sendo construídas enormes operações de mineração e barragens. Será que esse ‘desenvolvimento’ serve às comunidades locais de alguma maneira? De que forma esse desenvolvimento movido a energia promove uma verdadeira autonomia popular, permitindo que as comunidades e suas florestas sobrevivam?”.

Mithilesh Kumar, ativista veterano que trabalha com governança florestal comunitária e direitos tribais em Jharkhand, explicou a situação complexa, dizendo: “Das minas, o carvão vai direto para as termelétricas, que geram eletricidade, mas quem se beneficia? As áreas tribais de Jharkhand sofrem com essa relação; além disso, é comum não haver acesso à eletricidade. O maior desafio está no fato de que as pessoas sofrem pela contaminação da água de beber e com problemas de saúde, onde quer que haja mineração a céu aberto. O meio ambiente também se degrada e os animais selvagens migram para outros lugares. As pessoas são forçadas a depender das monoculturas e não têm acesso a alimentos da floresta e à pesca devido à desertificação do local”.

Isso levanta as questões centrais de alimentação, nutrição e saúde, no contexto daquilo que a energia, ou sua produção acelerada, significam para uma comunidade. E a resposta pode ser encontrada na voz de Subasini. Ela enfatiza: “Mas nós geramos tudo o que significa desenvolvimento para nós, para as comunidades tribais – a Selva, a Água, a Comida e a Cultura – com nosso trabalho e amor”. Mithilesh também concorda: “Eles podem viver sem eletricidade, mas não sem o sorriso e a satisfação que fazem parte de sua cultura e suas florestas. Sem trazer de volta a floresta e a água, a comunidade não sobreviverá. Na verdade, os povos tribais se empenham na luta, que é o que pode estabelecer autonomia sobre suas terras e sua sociedade”.

Damu concorda com o que Sunita diz: “As pessoas precisam pensar sobre o que realmente querem. Elas não devem depender apenas de esquemas ou incentivos. Aqui, nós não dependemos

de eletricidade nem de energia solar para a irrigação. Desde a época dos nossos ancestrais, contamos com a chuva e os rios, e é preciso restabelecer essa conexão. Precisamos ouvir a natureza. Nossa agricultura depende dessa compreensão. Precisamos reconstruir a aldeia com foco em nossa relação com a terra, a água e o ar. Esses elementos significam tudo para nós e nos ajudam a cultivar nossos alimentos e a viver felizes".

A voz firme de Subasini continua: "Recentemente, quando eu visitei as áreas de mineração aqui perto, eu vi que, para extrair o carvão estão devastando as florestas e as terras agrícolas com o uso de máquinas, deslocando as comunidades, e não apenas as pessoas, mas também suas culturas e histórias. E o Estado tenta nos convencer de que a energia é para o nosso desenvolvimento! Mas eles nos enganam. Eles podem nos dar celulares e outros dispositivos digitais que visam nos fazer delirar sobre o que precisamos para sobreviver nesta Terra". E ela conclui com a velha pergunta: "Essa energia, que pressiona as nossas vidas, as nossas florestas, é para quem? É para aqueles que podem vendê-la com lucro e nos pressionar, apenas para nos jogar em um reluzente mundo digital para tolos?".

De Jharkhand aos cantos mais remotos do planeta, as políticas agressivas de promoção da mineração para gerar eletricidade estão levando ao esgotamento dos recursos naturais e ameaçando a própria existência das comunidades. Esse ciclo continua sem levar em conta a diversidade inerente, a história cultural e a ecologia dessas comunidades. A história de Rajmahal, que apresentamos brevemente aqui, sinaliza uma ruptura com esse ciclo: por um lado, rejeita o conceito colonial de energia ao rejeitar o extrativismo e a expropriação de terras, enquanto, por outro, situa a energia em um espaço comunitário ao vinculá-la à restauração de florestas e bacias hidrográficas e à geração de alimentos. Para a paisagem fortemente colonizada das colinas de Rajmahal, marcada por cicatrizes e há muito devastada, isso oferece uma visão de mundo completamente diferente – de bens comuns, autonomia sociopolítica e democracia de base.

Tithi Roy
Calcutá, Índia
Pesquisadora e ativista independente. Trabalha com comunidades florestais sub-himalaicas em Bengala do Norte

Referências

(1) Em diferentes histórias, ecologias e espaços, os povos nativos da Índia continuaram defendendo suas florestas, principalmente na Índia Central e Centro-Oriental, que compreende as atuais províncias de Bengala Ocidental, Jharkhand, Odisha, Chhattisgarh, Madhya Pradesh e Maharashtra. Entre elas, Jharkhand se destaca por sua história de lutas florestais, que remonta aos tempos pré-coloniais, quando reis e chefes tribais travavam lutas acirradas contra o formidável Exército Mughal. Em Ghosh, S. (2006). Reinventing Forest Commons. Artigo científico não publicado.
(2) Dutt, R. C. (2001). Economic History of India, Calcutá.
(3) Hunter, W. W. (1868). Annals of Rural Bengal (Reimpresso a partir da edição de 1996). Kolkata.
(4) Radhakrishna, M. (2001). Dishonoured By History: 'Criminal Tribes' and British Colonial Policy, Orient Longman, Hyderabad.

(5) Atualmente, Damin-i-Koh inclui os distritos de Pakur, Godda, Dumka e Sahibganj, em Jharkhand, adjacentes ao distrito de Birbhum, em Bengala Ocidental. Hunter, W. W. (1868). Annals of rural Bengal (Reimpresso a partir da edição de 1996). Calcutá.
(6) Na época, a situação gerou pequenas e grandes revoltas, e o Estado colonial tentou novas políticas para reprimir a agitação. Sob pressão, a Coroa Britânica introduziu diversas mudanças jurídicas e administrativas, como, por exemplo, a Lei de Posse da Terra de Chota Nagpur, de 1908, e o reconhecimento de sistemas de posse consuetudinária como o Mundari Khunt Katti, ambos os quais proporcionaram aos povos tribais mais segurança e proteção contra a apropriação de terras por pessoas que não eram membros dos povos tribais. Ghosh, S. (2010). The struggle for Indian forests. South Asian Journal 28, Lahore.
(7) Land Conflict Watch (setembro de 2024). Jharkhand approves Adani's thermal plant, and farmers allege it violates the LARR Act.
(8) Guha Thakurta, P. (23 de agosto de 2024). Adani's Godda coal-power plant and Bangladesh: Rule change on power exports benefits Modi's 'crony'. Adani Watch.
(9) Land Conflict Watch (setembro de 2024). Jharkhand approves Adani's thermal plant; farmers allege violation of LARR Act.
(10) NAPM & Sanhati (2008). Reports on police firing in Dumka, Jharkhand: The site of a controversial power and dam project. Sanhati.
(11) Land Conflict Watch (setembro de 2016). Tribespeople oppose land acquisition for the Deocha Pachami coal block in West Bengal.
(12) IRBMS (dezembro de 2024). Reviving water resources in the Paharia villages of Rajmahal Hills.
(13) Choudhury, S. (agosto de 2023). Youth empowerment in watershed management in Jharkhand, India. IUCN News and Events.
(14) Coal & Lignite Resource: https://coal.gov.in/en/major-statistics/coal-reserves
(15) Times of India (dezembro de 2021). Despite 144 Coal Mines & 7 Plants, power crisis turns bad to worse in Jharkhand

Panamá: A comunidade de Caisán, mobilizada por ‘rios livres’ e energia comunitária

Nossa comunidade de Caisán, no Panamá, é a prova de que é possível enfrentar os impactos nocivos de um modelo excludente de desenvolvimento hidroenergético. Por meio da organização comunitária, interrompemos a construção de hidrelétricas promovida por um dos maiores projetos de desenvolvimento e integração da América Latina, o Plano Puebla Panamá. Hoje, avançamos na construção de um modelo energético justo e comunitário.

EmNas últimas duas décadas, vimos muitos povoados no oeste do Panamá perderem suas terras como resultado de um projeto de grande porte, chamado Plano Puebla Panamá (PPP). A nossa comunidade de Caisán, na província de Chiriquí, foi a primeira do país a enfrentar o modelo de expropriação e acumulação disfarçado de energia supostamente ‘limpa’ e ‘renovável’, promovido pelo PPP.

O PPP, agora conhecido como Projeto Mesoamérica, foi lançado em 2001 pelo governo mexicano. Seu objetivo era integrar toda a região mesoamericana, conectando o sul do México ao Panamá por meio de sistemas rodoviários, interconexão elétrica e telecomunicações. O enfoque principal era o desenvolvimento dos recursos energéticos da região: petróleo, gás e eletricidade. Em outras palavras, criar infraestrutura para o transporte e a conexão de matérias-primas, recursos energéticos, mão de obra barata e sistemas de comunicação, de acordo com os interesses das grandes empresas e dos mercados dos Estados Unidos.

Para tanto, em 2006, o PPP iniciou a construção de um de seus principais projetos: o Sistema de Interconexão Elétrica dos Países da América Central (SIEPAC). A necessidade de gerar energia para alimentar esse sistema impulsionou a construção de usinas hidrelétricas. Assim, vimos como algumas das quase 85 hidrelétricas projetadas para ser construídas no Panamá saíram do papel e começaram a se materializar. (1) Houve muitos impactos sobre as nossas comunidades como resultado desse ‘desenvolvimento’, que se apresentava como ‘sustentável’.

Caisán está localizada na província de Chiriquí, onde se encontra o Rio Chiriquí Viejo, cuja bacia hidrográfica é uma das principais do Panamá e essencial para os projetos hidrelétricos do país. Naquele momento, a política energética panamenha era implementada com base em uma lógica mercantilista. A privatização do sistema elétrico fez com que a água fosse tratada como uma mercadoria e não como um direito social.

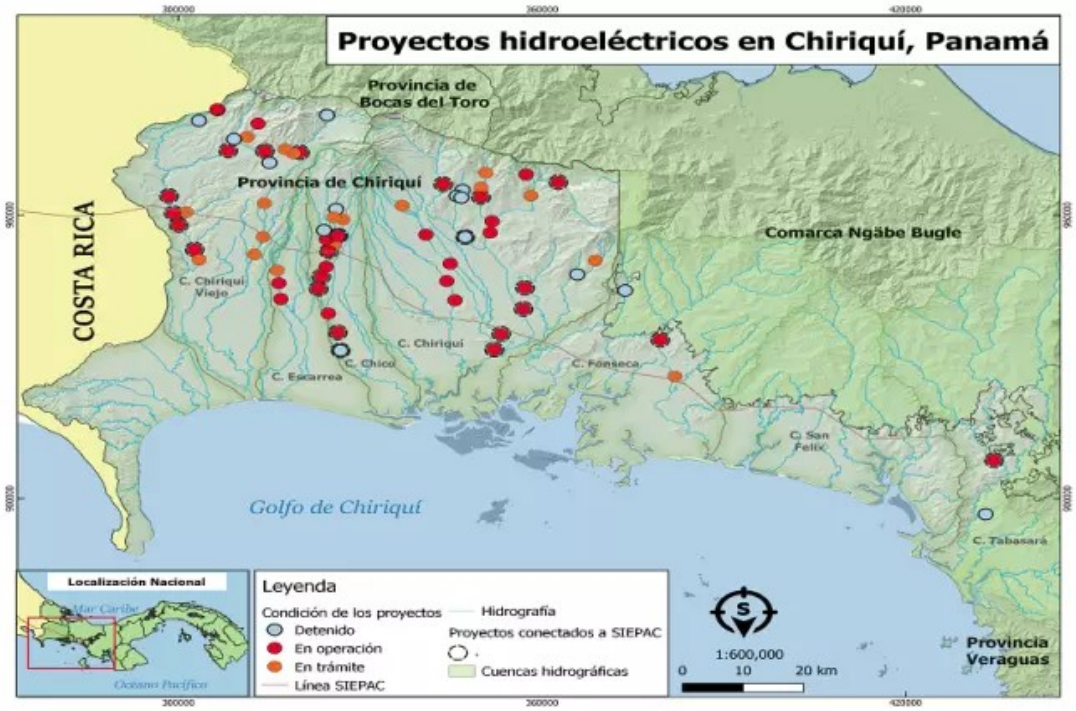
De suas escrivaninhas, os governos formalizaram contratos permanentes de água para que empresas hidrelétricas nacionais e transnacionais tivessem o direito de acessar quase toda a capacidade hídrica de nossos rios. Essas empresas tinham respaldo jurídico para usar e desviar até 90% da vazão dos rios.

Cada uma das empresas afirmou que seu projeto hidrelétrico específico não teria impactos negativos importantes. No entanto, nem governos, nem entidades financeiras ou empresas

levavam em consideração o grave dano cumulativo causados pelas atividades de todas elas, juntas, às nossas comunidades e aos ecossistemas da bacia hidrográfica do Chiriquí Viejo.

Enquanto isso, para justificar a construção de muitos projetos hidrelétricos em um único rio e na maioria das principais bacias hidrográficas da província de Chiriquí, os governantes empregavam termos enganosos, como projetos de 'energia limpa', 'minibarragens' ou 'barragens a fio d'água'.

Nesse contexto, as nossas comunidades resistiram, manifestaram-se, deram visibilidade e anteviram os problemas que surgiriam com a implantação dos projetos hidrelétricos. E nós, da comunidade de Caisán, estivemos na vanguarda desse processo de resistência.



Mapa dos projetos hidrelétricos nos rios de Chiriquí. Fonte: Gutiérrez, A., González, J. (2023)

Os impactos das hidrelétricas

Nós, de Caisán, nunca tínhamos visto uma usina hidrelétrica. Na verdade, quando começaram as primeiras reuniões para organizar a comunidade contra esses projetos, embora não imaginássemos como seria uma usina dessas, já tínhamos informações suficientes sobre seus impactos prejudiciais. Então, em 2007, passamos a fazer campanhas nas comunidades onde os primeiros projetos estavam começando.

Os governos argumentavam que a matriz energética panamenha estava em processo de transição para uma matriz renovável, na qual a energia seria limpa. Mas, aqui na comunidade, discutimos o assunto e não concordamos em chamá-la de 'energia limpa'. Isso porque as empresas que

chegaram para usar a força do rio na produção de energia elétrica nos tiraram a água – levaram e não devolveram. Essas empresas transformam o território porque, ao represar a água, elas a levam embora e deixam os rios secos. Somado a isso, os reservatórios estão estáticos, cheios de algas, até mesmo com lixo acumulado. Caem árvores nos rios, que são arrastadas para os reservatórios, e há grandes quantidades de sedimentos. Portanto, não parece algo limpo.

Alzm disso, quando as primeiras hidrelétricas foram inauguradas na região de Caisán, vimos como o entorno da usina se tornou propriedade privada. Áreas que antes eram livres, onde costumávamos nadar, pescar ou que usávamos para transitar para o outro território, agora tinham um portão com uma placa: "Propriedade privada, entrada proibida". E contratavam segurança privada.

Também nos disseram que haveria trabalho e que melhorariam as condições da comunidade. Mas o que observamos foi que muitas pessoas que começaram a trabalhar lá adoeceram e já não foram contratadas por muito tempo. Somado a isso, muitas pessoas que vieram de outros lugares para construir a hidrelétrica trouxeram vícios, e Caisán começou a conviver, pela primeira vez, com prostíbulos e muitos problemas com álcool.

Como previámos, algumas propriedades ficaram com rios e lagos secos, porque as hidrelétricas desviaram a água subterrânea que passava por elas, além de represá-la.

Tínhamos peixes, que nadavam do mar e subiam pelo rio, em direção à montanha. Esses peixes se reproduzem em um lugar e vivem em outro, e usam o rio para se deslocar. Mas eles já não conseguiam fazer isso porque havia muitas hidrelétricas no mesmo rio.

Sem mencionar o fato de que, com tudo isso, atualmente a maior parte da comunidade de Caisán nem sequer tem acesso à eletricidade gerada por essas usinas hidrelétricas.

A organização comunitária

Diante dessa situação, naquele mesmo ano de 2007, começamos algumas ações em Caisán para interromper esses projetos. A primeira foi solicitar diplomaticamente à prefeitura e ao governo provincial que o rio se tornasse patrimônio municipal da região. Além disso, também mobilizamos um grande número de pessoas para protestar em espaços governamentais e pressionar para que atendessem as nossas reinvindicações. Como não recebemos uma resposta positiva, nem do governo nem da Prefeitura, iniciamos ações mais contundentes: organizamos o fechamento de estradas para tentar impedir a construção de usinas hidrelétricas.

Essa luta continuou por muitos anos. Há um vídeo emblemático desse período, gravado por uma organização local formada por pessoas afetadas e que lutam contra esses projetos extrativistas, a Fundação para o Desenvolvimento Integral do Subdistrito de Cerro Punta (Fundiccep). É um registro histórico da luta contra as hidrelétricas no Panamá e capturou as vozes dos companheiros que lutaram e defenderam seus territórios. Esses companheiros dizem:

“Cinco anos de luta, cinco anos denunciando riscos e ameaças, cinco anos exigindo atenção à destruição dos rios. Não há autoridade, nem deputado, nem governante que escute, ‘a pirotecnia’ dos grandes benefícios econômicos desses projetos têm sido mais forte que o clamor de um povo que pede justiça e equidade. (...) E mesmo que vejamos um pouco de água correndo nos rios, ela já não estará mais disponível, já não será ‘nossa’, pertencerá a outros, a um empresário que mora longe, que não entende e nunca entenderá por que o rio faz parte da nossa vida”.

Por fim, as hidrelétricas não geraram desenvolvimento para as comunidades, nem nos aproximaram da energia, nem reduziram os preços dos serviços elétricos, nem trouxeram melhores condições de vida para as nossas comunidades.

No entanto, depois de tantos anos, agora sentimos que toda essa luta não foi em vão, porque conseguimos que as empresas não tivessem tanta facilidade de obter financiamento para seus projetos. Com essa mobilização, conseguimos interromper a implementação de muitos dos projetos hidrelétricos planejados para a região de Chiriquí (dos cerca de 23 previstos, apenas 8 foram concluídos). Além disso, o Rio Caisán continuou livre porque não conseguiram licenças para fazer nada ali; havia muita resistência.

Nós, que estivemos aqui sofrendo as consequências desses projetos energéticos, não os vemos como uma alternativa, pois consideramos essa transição energética tão suja quanto a energia fóssil.

Em qualquer comunidade atualmente afetada pela transição energética – e essa transição implica a exploração dos recursos naturais, a exploração da Mãe Terra –, é claro que é preciso buscar uma alternativa que se oponha a esse modelo capitalista, que desequilibra e expropria o nosso modo de vida.

Por uma energia feita por e para o povo

Na minha comunidade, somos agricultores e ouvimos falar muito sobre biogás. Muitas pessoas que saíram da comunidade falaram sobre como era possível usar excremento de porco produzir gás. Agora, instalamos vários biodigestores na comunidade com o apoio da Fundiccep. Os membros dessa organização agem e lutam denunciando os grandes projetos devastadores, mas também propondo esforços e promovendo novas formas de energia. Para isso, eles prestam assessoria técnica às comunidades.

Em um primeiro momento, os biodigestores foram concebidos como solução ambiental para a poluição das águas causada pela pecuária comunitária e como forma de reduzir o uso de botijões de gás que precisam ser comprados. Mas depois, fizemos testes para usá-los também na geração de eletricidade. Conectamos a um gerador e funcionou muito bem. Em outras palavras, poderíamos dar esse salto para a produção de eletricidade.

Fizemos isso em uma escala pequena, mas se nós, como comunidade, chegássemos a um acordo e tivéssemos cerca de 20 porcos, e usássemos todo o esterco deles para produzir eletricidade, seria

possível gerar energia suficiente para o que a comunidade considera necessário. E é uma construção que pode ser feita coletivamente.

Quando temos um biodigestor e vemos todo o seu processo de funcionamento — como é por dentro desse grande recipiente de plástico, o gás metano transformando a matéria interna e toda a geração de energia em calor – aplicamos, na prática, o tema da energia. E, ao explicar esse processo de forma comunitária, refletimos sobre como vemos a energia.

Obviamente, abre-se todo um universo quando sabemos que a natureza nos oferece múltiplas alternativas energéticas. Estamos sempre ouvindo no rádio, na televisão ou na escola que "o sol, o ar e o movimento dos mares geram energia". Mas é diferente quando podemos ver com nossos próprios olhos que o esterco que antes poderia ser um problema, agora pode ser uma alternativa ou uma fonte de outro tipo de energia. Então, observamos tudo isso com grande admiração, pensando: isso sim é realmente engenhoso e a comunidade pode se apropriar dessa engenhosidade ou ser parte dela.

Acreditávamos que a produção de energia era uma equação muito sofisticada, só possível para grandes máquinas, grandes empresas ou grandes capitais. E saber que, em pequena escala, poderíamos transformar esterco em gás ou transformar esse gás em eletricidade para mover um motor, por exemplo, realmente muda a maneira como vemos as coisas.

Como comunidade, apostamos em produzir eletricidade limpa com o que temos. Essas discussões já existem em todo o mundo, outras comunidades já fizeram isso, e existem soluções de baixíssimo custo. É necessária uma alta participação da comunidade para encontrar soluções, com isso, o resto se torna possível.

Para qualquer povo ou território do mundo que esteja tentando agir para aproveitar a energia que tem em seu entorno ou qualquer tipo de energia disponível, e que a veja como uma alternativa, é importante sonhar, e sonhar grande. Porque o capitalismo nos vendeu a ideia de que tudo tem preço e tudo é mercadoria, e isso não é verdade.

Jonathan Gonzalez, ativista e campesino de Caisán

Referências

(1) Otros mundos Chiapas, Del PPP al Proyecto Mesoamérica.

Para mais informações:

- FUNDICCEP (2015): Plan de Conservación de la subcuenca del Río Caisán.
- Gutiérrez, A., González, J. (2023): Conflictos socioambientales por represas y proyectos hidroeléctricos en Chiriquí, Panamá y la Zona Sur de Costa Rica. Anuario del Centro de Investigación y Estudios Políticos. San José, Costa Rica.
- Lambert, C., Scheer, A. (2017): Socio-Environmental Conflicts Caused by Hydroelectric Projects on the Río Chiriquí Viejo. McGill University

- Light, T. (2016): Características químicas y físicas de los ríos por encima y por debajo de cuatro centrales hidroeléctricas en las cuencas hidrográficas de Chiriquí Viejo y Chico, Chiriquí, Panamá". Colección del Proyecto de Estudio Independiente (ISP). 2393.
- Sawyer, N. (2017): "Factores que determinan la acción civil en oposición al desarrollo hidroeléctrico a lo largo del río Chiriquí Viejo en la provincia de Chiriquí, Panamá". Colección del Proyecto de Estudio Independiente (ISP). 2559.

Uma breve reflexão sobre a resposta pública da Fundação Earthworm a um artigo recente do boletim do WRM

No Boletim 274 do WRM, foi publicado um artigo sobre o trabalho da Fundação Earthworm, intitulado "ONGs a serviço da pilhagem de territórios: o caso da Fundação Earthworm". (1) Este artigo descreve como grandes empresas que geram conflitos em comunidades se beneficiam da cooperação com organizações como a Fundação Earthworm, enquanto permanecem a violência contra ativistas comunitários, a expropriação de terras e as agressões sexuais contra mulheres.

Uma entrevista que faz parte desse artigo apresenta a perspectiva das comunidades sobre o envolvimento dessa Fundação com as empresas de dendê Socfin e Agropalma, em Camarões e no Brasil, respectivamente. Os relatos destacam que, apesar das denuncias das comunidades sobre a violência contínua, a falta de espaços vitais para as famílias cultivarem alimentos, a poluição e as agressões sexuais contra mulheres dentro das plantações da empresa, a Fundação Earthworm afirma constantemente que estas empresas estão "progredindo" na sua forma de operar e na melhoria de seu relacionamento com as comunidades.

Logo após a publicação do Boletim do WRM, a Fundação Earthworm emitiu uma resposta pública a esse artigo. (2) Em um e-mail enviado ao Secretariado do WRM, no dia 8 de maio de 2025, seu Diretor de Comunicações manifestava interesse em um "diálogo construtivo" com o Secretariado do WRM para "aprofundar o entendimento mútuo e explorar potenciais pontos em comum em nosso objetivo compartilhado: gerar mudanças positivas para as pessoas e o planeta".

Ações falam mais alto do que propostas de diálogo

O WRM apoia as comunidades que lutam para recuperar suas terras. Essas lutas visam romper o poder que as corporações exercem e que lhes permite aumentar seus lucros à custa dos outros, enquanto agem impunemente e exercem a violência sem serem punidas, em inúmeros casos. Uma das contribuições do WRM para as lutas das comunidades é denunciar os incidentes estruturais e específicos da violência das empresas e dar visibilidade às lutas das comunidades pela terra. Portanto, o WRM não se tornará mais um intermediário em um processo de 'diálogo' que, ao longo de muitos anos, não resolveu os conflitos centrais que as comunidades exigem com insistência que sejam resolvidos.

Publicamos o artigo do Boletim para mostrar como anos de trabalho da Fundação Earthworm com a Agropalma e a Socfin podem ter permitido que as empresas publicassem políticas e procedimentos bem formulados, mas, no que diz respeito às comunidades, os conflitos centrais não foram resolvidos.

Por exemplo, vejamos o horror das agressões sexuais que as mulheres que vivem no entorno das plantações da Socfin vêm denunciando há anos. Publicado em abril de 2025, o artigo "Alegações de sexo por trabalho pairam sobre as plantações de borracha dos magnatas" (3) mostra que as agressões sexuais não se limitam às plantações da empresa em Camarões. Em seus próprios

relatórios sobre a Socfin, a Fundação Earthworm reconhece que ocorreram agressões sexuais e estupros nas plantações dessa empresa. (4) Mesmo assim, quais foram as reações públicas ao artigo sobre as "alegações de troca de sexo por trabalho"? Em uma Carta ao Editor, a Socfin lamenta que o artigo "caracterize a violência sexual como um problema desenfreado e generalizado em [suas] operações, o que não poderia estar mais distante da realidade". A Fundação Earthworm, por sua vez, optou pelo silêncio tanto em relação à violência descrita no artigo, quanto à resposta da Socfin.

Em sua resposta pública ao artigo do Boletim do WRM, a Fundação Earthworm escreve: "Quando as empresas não demonstram comprometimento verdadeiro ou não avançam o suficiente, não hesitamos em interromper a relação." Em diversas ocasiões, comunidades do Brasil e de Camarões deixaram claro que para elas nem a Agropalma, nem a Socfin têm demonstrado comprometimento verdadeiro e que não veem "avanços perceptíveis" no sentido de acabar com os conflitos e a violência das empresas. Por quanto tempo o horror das agressões sexuais e dos estupros precisa continuar nas plantações da Socfin, por exemplo, até que a Fundação Earthworm conclua que não há avanços suficientes para que ela mantenha sua relação com a empresa?

A questão, no entanto, vai muito além da discordância sobre o envolvimento da Fundação Earthworm com qualquer cliente empresarial específico. Como afirma a Earthworm na sua repuesta pública ao artigo do WRM, seu ponto de partida é a crença de que as grandes empresas "podem transformar os impactos negativos de suas cadeias produtivas e operações em resultados positivos para as pessoas e a natureza", desde que tenham "uma liderança forte e apoio adequado". Para o WRM, esse ponto de partida implica invariavelmente a aceitação tácita da grande expropriação de terras desde os tempos coloniais e a impunidade por inúmeros atos de violência e destruição causados por parte das empresas, no passado e no presente. Implica aceitar o que os executivos das empresas estão dispostos a conceder, e não o que as comunidades têm direito. Em suma, a Fundação Earthworm e o WRM escolheram lealdades diferentes. Violência, expropriação de terras, poluição e agressões sexuais contra mulheres fazem parte do modelo empresarial que lucra com a exploração das comunidades e suas terras. Acabar com essa violência significa acabar com o controle exercido por empresas sobre as terras das comunidades.

Apoiamos os povos da floresta, exigindo justiça e o fim do controle das empresas sobre as terras deles.

Secretariado do WRM

Referências:

(1) WRM, ONGs a serviço da pilhagem de territórios: o caso da Fundação Earthworm.
(2) Resposta da Fundação Earthworm ao artigo do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais.
(3) Sex-for-Work Allegations Hang Over Tycoons' Rubber Plantations. Artigo da Bloomberg, de 16 de abril de 2025, e Carta ao Editor da Socfin: "Socfin Responds to Bloomberg Story on Rubber Plantations".
(4) Todos os quatro relatórios de investigação da Fundação Earthworm sobre a Socapalm, subsidiária da Socfin em Camarões, reconhecem que tem havido agressões sexuais em plantações da empresa.

DOS ARQUIVOS DO BOLETIM DO WRM

Energias AlteRAtivas: quando a "única alternativa" é a transformação integral

Como reconstruir os laços comunitários e a "energia-alegria" de comunidades cujos territórios foram destroçados por projetos predatórios? O texto a seguir apresenta uma proposta da Clínica Ambiental – um projeto que surgiu para tentar sanar comunidades camponesas e indígenas da fronteira entre o Equador e a Colômbia, cujos tecidos sociais foram destroçados, sobretudo por projetos de extração petroleira. A 'Proposta Huipala' sugere um percurso para que as comunidades avancem rumo a suas utopias e reencontrem a 'energia-alegria' de viver após experiências traumáticas de expropriação territorial e social. Aqui, a energia é pensada de forma bastante abrangente e diferente daquela às quais as sociedades capitalistas estão acostumadas. Ao invés de pensar em energias alternativas, falam em energias alteRAtivas, ou seja, que tenham capacidade de alterar a vida para melhorá-la. Longe de ser um método universal a ser aplicado em qualquer comunidade, a 'Proposta Huipala' apresenta um possível caminho para ser percorrido de forma única por cada comunidade, de acordo com suas particularidades territoriais, culturais e ambientais. O artigo foi publicado no Boletim da WRM 209, em dezembro de 2014 e pode ser lido aqui.

RECOMENDADOS

Alternativas energéticas: pesquisando o território

O relatório 'Energy Alternatives: Surveying the Territory', publicado pela The Corner House, traz dados e argumentos que colocam contra a parede a tese da 'transição energética verde'. Além disso, oferece um extenso levantamento de experiências comunitárias que propõem alternativas energéticas baseadas em outra concepção de energia — diferente da capitalista.

Acesse ao relatório completo aqui (disponível em inglês e espanhol).

Perú: entre falsas soluções climáticas e alternativas reais

A Esse artigo faz uma afiada crítica às políticas climáticas elaboradas em negociações internacionais, como as COPs, que beneficiam os interesses econômicos daqueles que aceleram a destruição do planeta. Em nome dessas políticas, 'biopiratas do carbono' têm ameaçado diferentes comunidades indígenas e seus territórios ao redor do mundo. "Diante desse panorama desanimador, nós, povos indígenas, não apenas resistimos, mas também temos propostas", afirma o artigo. O que segue é o vívido relato da transição energética que o povo Huitoto decidiu fazer a partir de seus valores e conhecimento ancestrais. Vale a leitura. Acesse o artigo aqui (disponível em espanhol).

Ferramentas na luta contra corporações de energia para a libertação da Palestina

Empresas de energia lucram continuamente com atividades que alimentam e financiam o regime colonial de apartheid e genocídio de Israel contra o povo palestino. É isso que se destaca na recente publicação de uma coalizão global de dentro e fora da região.

Com foco em duas corporações específicas – Eni e Dana Petroleum, que em outubro de 2023 receberam de Israel licenças de exploração de gás em águas palestinas – a publicação é útil para entender por que a energia é uma questão fundamental na luta pela libertação palestina. Além das empresas específicas, as campanhas de antinormalização exploradas na seção quatro são exemplos de iniciativas de movimentos palestinos, indígenas e anti-imperialistas que servem de inspiração para organizações na luta por justiça climática.

Esse chamado à ação no formato de um kit de ferramentas pode ser acessado aqui (disponível em inglês).

Índia: Nota à imprensa da Conferência de Movimentos Florestais de Toda a Índia

A Conferência de Movimentos Florestais de Toda a Índia foi realizada em Nagpur, de 5 a 7 de abril de 2025. Reuniram-se mais de 400 representantes dos Adivasi (Povos Indígenas) e comunidades que vivem nas florestas, de 14 estados do país, para compartilhar experiências, desafios e estratégias. Com forte presença de mulheres, os participantes denunciaram as violações e ameaças sistêmicas que enfrentam, incluindo assédio, remoções forçadas para a criação de áreas protegidas, mercantilização das florestas e avanço de projetos extrativistas. A conferência foi concluída com a formação do Fórum de Movimentos Florestais de Toda a Índia, que visa, entre outras coisas, apoiar a crescente resistência contra projetos nocivos e construir governança comunitária sobre as florestas. Leia a nota à imprensa completa aqui (disponível em inglês).

Todos os artigos do Boletim podem ser reproduzidos e divulgados com a seguinte fonte: Boletim 275 do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM): "Energia em debate" (https://wrm.org.uy/pt/)

O Boletim busca apoiar e contribuir com as lutas dos povos para defender seus territórios e florestas. A assinatura é gratuita.
Assine o Boletim do WRM

Você perdeu a ultima edição do boletim do WRM
Táticas sujas por trás de negócios 'verdes'
Acesse esta e todas as edições anteriores neste link

Boletim do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM)
Este boletim também está disponível em Inglês, Espanhol e Francês

Secretaria Internacional do WRM
Av. Bolivia 1962 Bis, CP 11500 Montevideo, Uruguai
Tel/fax: +598 26056943
wrm@wrm.org.uy
http://wrm.org.uy/pt